



ISSN: 2310-0036

Vol. 1 | Nº. 9 | Ano 2018

Dirléia Sarmento

Universidade La Salle

Dirleia.sarmiento@unilasalle.edu.br

Jardelino Menegat

Universidade Católica de Petrópolis

Jardelino.menegat@lasalle.org.br

Roberto Ramos

Universidade La Salle

Roberto.ramos@lasalle.org.br

Felipe Angst

Universidade Católica de Moçambique

fangst@ucm.ac.mz

A Internacionalização como contributo para a Acreditação da Qualidade da Educação Superior no Brasil

Internationalization as a contribution to the Accreditation of Higher Education Quality in Brazil

Resumo

O presente texto tem por objetivo refletir sobre a efetivação da internacionalização do Ensino Superior no Brasil, trazendo à tona a compreensão sobre tal conceito, bem como, os fatores que mobilizam as Instituições de Ensino Superior (IES) a transpor fronteiras, problematizando as possibilidades e os desafios do processo de internacionalização. Diante do acelerado processo de globalização, percebido principalmente nas últimas décadas, as universidades tiveram de buscar um novo espaço, com níveis de internacionalização mais elevados, requerendo políticas e ações que viabilizem a internacionalização do conhecimento. Com vista à acreditação da qualidade educacional, o Brasil desenvolveu o Sistema da Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), indicando alguns desafios e possibilidades relativas à sua consolidação na Educação Superior. Conclui-se, assim, que a internacionalização das IES se constitui como uma acção que visa fortalecer a qualidade dessas instituições. Consequentemente, as políticas relacionadas a esta questão intensificam-se com iniciativas institucionalizadas que fomentam um ambiente internacional para as universidades brasileiras.

Palavras – Chave: Ensino Superior, Internacionalização, Avaliação, Qualidade.

Abstract

This text aims to reflect on the effectiveness of the internationalization of Higher Education in Brazil, illuminating the understanding of this concept, as well as identifying the factors that mobilize Higher Education Institutions (HEIs) to cross borders, and problematizing the possibilities and the challenges of the internationalization process. Faced with the accelerated process of globalization, perceived mainly in recent decades, universities have had to seek a new space, with higher levels of internationalization, which require policies and actions that enable the internationalization of knowledge. With a view to the accreditation of educational quality, Brazil developed the Basic Education Evaluation System (SAEB) and the National Higher Education Evaluation System (SINAES), which signal the existence of some challenges and possibilities that relate to its consolidation in Higher Education. Thus, it is concluded that the internationalization of HEIs is an action aimed at strengthening the quality of these institutions. Consequently, policies related to this issue are intensified with institutionalized initiatives that foster an international environment for Brazilian universities.

Keywords: Higher Education, Internationalization, Evaluation, Quality.



Rua: Comandante Gaivão nº 688

C.P.: 821

Website: <http://www.ucm.ac.mz/cms/>

Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>

Email: reid@ucm.ac.mz

Tel.: (+258) 23 324 809

Fax: (+258) 23 324 858

Beira, Moçambique

Introdução

A ênfase no direito à educação de qualidade ganha projecção mundial a partir de um conjunto de dispositivos legais difundidos desde a década de 90, obrigando os países signatários a assumirem um compromisso no sentido de fazerem deste uma realidade evidente (UNESCO, 1990; UNESCO, CONSED, ACÇÃO EDUCATIVA, 2001; UNESCO, 2015a, UNESCO, 2015b).

Tradicionalmente, pelo menos na Europa Ocidental, as universidades eram completamente controladas pelos governos centrais, do qual dependiam para as decisões mais simples. Assistiu-se, assim, à diversificação do ensino superior, abrindo-se caminho para a competição entre as instituições universitárias no recrutamento de alunos e acesso a financiamento circunstancialmente dependente do orçamento central. Verificou-se, finalmente, a autonomia, com a possibilidade das Instituições de Ensino Superior criarem novos cursos e programas, relacionando-se, desta forma, directamente com o mercado de trabalho, sem intervenção do planeamento central. Os factores que justificaram a preocupação com a qualidade no espaço europeu (consequentemente nos demais continentes) esteve, neste contexto, centrado essencialmente na despesa pública, na expansão dos sistemas de ensino, numa maior abertura e transparência nos processos e no aumento da mobilidade de estudantes, professores e investigadores. Concomitantemente, esses factores obrigaram à definição de um conjunto de indicadores de classificação e compreensão das equivalências, de classificações, e créditos (Rocha, 2005).

Para António e Teixeira (2009), estes critérios para a educação, baseados num conjunto de valores centrais para a excelência dos negócios, foram pensados para ajudar as organizações a utilizarem uma abordagem integrada na gestão, que resulte em valores conducentes a uma melhoria constante e a um aperfeiçoamento de capacidades organizacionais e de aprendizagem pessoal. O Brasil, a exemplo de outros países, instituiu a acreditação da qualidade educativa, sendo que, na especialidade, se centra em dois sistemas distintos: o da Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Rios (2006), destaca que quando se fala da educação de qualidade:

[...] está se pensando em uma série de atributos que teria essa educação. A qualidade, então, não seria um atributo, uma propriedade, mas, consistiria num conjunto de atributos, de propriedades que caracterizariam a boa educação. Poderíamos dizer, então, que a Qualidade, com maiúscula, é, na verdade, um conjunto de “qualidades”. (p.68)

No entanto, ao falarmos em acreditação da qualidade, temos presente, nos termos de Dias Sobrinho (2008), um conceito e uma prática. Tal conceito e prática em si são relativas à garantia

de qualidade, o que corresponde ao acto legal, certificando que uma instituição tem qualidade. Contudo, os seus efeitos são legítimos e publicamente assegurados e validados pelo Estado. Neste sentido, evidencia-se como principal objectivo o “controle legal-burocrático-formal da qualidade”, o qual “culmina em um acto formal de testemunho de fé pública a respeito dos resultados alcançados por uma instituição, curso ou programa, com base em critérios e padrões externa e previamente estabelecidos” (Dias Sobrinho, 2008, p.818).

O Capítulo IV, art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9.394/96), a Educação Superior tem como finalidades: a) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; b) formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; c) incentivar o trabalho de pesquisa e a investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; d) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem património da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; e) suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; f) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; g) promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. O Plano de Desenvolvimento da Educação (2007) reforça estes compromissos, ao referir que é da responsabilidade das Instituições de Ensino Superior o desenvolvimento sociocultural, económico e científico do país. Enfatiza-se, no mesmo âmbito, que a expansão da Educação Superior deve ser estabelecida em consonância com o quadro da qualidade.

Contudo, a Lei nº 13.005 de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e estabelece, por uma vigência de dez anos, as diretrizes orientadoras da educação, destaca no seu art. 2º, a necessidade de melhoria contínua da qualidade da educação a todos os níveis de ensino. Nesse propósito, para Dias Sobrinho (2003), mais do que a questão do controle, a ênfase na avaliação da qualidade deve ser ponderada nas suas dimensões “educativa, formativa, pedagógica, pro-activa e construtiva”, considerando no seu entender que:

[...] a avaliação deve colocar como foco central de suas preocupações a questão fundamental do sentido social de uma instituição. Deve, basicamente, perguntar sobre os significados sociais de que se reveste a formação promovida nas actividades de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, interrogar sobre os efeitos sociais dos trabalhos produzidos e dos serviços oferecidos. [...] A avaliação deve perscrutar os sentidos da formação e a quem ela serve; deve pôr em questão o conceito de sociedade que fundamenta a ciência e a prática nos diversos setores institucionais; fundamentalmente, e utilizando-se de várias análises particulares, deve pôr em linha de consideração crítica a missão de cada instituição e sua realização (Dias Sobrinho, 2003, pp. 109).

Tendo presente o exposto, o nosso foco discursivo neste artigo recai sobre a qualidade da Educação Superior, tendo como referência o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que estabelece a internacionalização como um dos aspectos avaliados no eixo relativo ao Desenvolvimento Institucional. As reflexões ora apresentadas, são decorrentes da investigação denominada Educação de Qualidade «fundamentos e modos de efectivação nos contextos educacionais», realizada pelos participantes do grupo de pesquisa Práticas Educativas e Indicadores de Qualidade, sendo este vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle (Brasil) e inscrito no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Em termos de estrutura textual apresentamos, inicialmente, a temática central. Seguidamente, contextualizamos a internacionalização dentro da estrutura avaliativa do SINAES. Posteriormente, através de um diálogo com autores que abordam a questão da internacionalização, indicamos alguns desafios e possibilidades relativas à sua consolidação na Educação Superior. Por fim, retomamos as principais reflexões nas considerações finais.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

A qualidade educativa nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras é monitorizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído através da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. De acordo com a Directoria de Avaliação da Educação Superior/ DAES (2015p.21), o SINAES tem a “missão de avaliar a graduação, valorizando aspectos indutores da melhoria da qualidade da Educação Superior e da formação acadêmica dos estudantes brasileiros.” O objetivo é assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de Educação Superior, dos cursos de graduação e do desempenho académico dos seus estudantes. A finalidade, como transpõe o art. 1º é:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efectividade académica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (Art 1º, Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).

A estrutura avaliadora do Sistema contempla a avaliação de três componentes: a) das Instituições de Ensino Superior (a auto-avaliação e a avaliação externa); b) a avaliação dos cursos de graduação (organização didático-pedagógica, o perfil do corpo docente; c) as instalações físicas e a dos estudantes (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE), conforme ilustra a figura 1.

Figura 1. Estrutura do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior



A Avaliação Interna da Instituição de Ensino Superior é conduzida pelos quadros da Comissão Própria de Avaliação (CPA), tendo por base a norma disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Neste sentido, a avaliação externa é realizada por profissionais inscritos no INEP, pertencentes a Instituições de Ensino Superior, reconhecidos pelo seu desempenho acadêmico e científico. Ambas as avaliações observam um conjunto de cinco pontos e suas respectivas dimensões avaliativas. O ponto 1º diz respeito ao Planejamento e Avaliação Institucional (Dimensão 8), no qual se analisa “[...] a descrição e a identificação [...] dos principais elementos do processo avaliativo das Instituições de Ensino Superior em relação ao seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aos relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e aos demais documentos institucionais avaliativos do período que constitui o objecto de avaliação” (DAES, 2014, p.5). Consideraram-se os relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), relativos ao período avaliado, observando aspectos como: a) evolução institucional a partir dos processos de planejamento e avaliação institucional; b) projeto/processo de auto-avaliação institucional; c) auto-avaliação institucional: participação da comunidade acadêmica; d) auto-avaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados; e) elaboração do relatório de auto-avaliação.

No ponto 2º, Desenvolvimento Institucional, o foco de avaliação recai sobre as Dimensões 1 e 3, a saber: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e a Responsabilidade Social da Instituição, respectivamente. São analisados os seguintes aspectos: a) missão institucional, metas e objetivos do Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI); b) coerência entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as actividades de ensino de Graduação e de Pós-graduação; c) coerência entre o PDI e as práticas de extensão; d) coerência entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as actividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural; e) coerência entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as acções institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao património cultural; f) coerência entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as acções institucionais voltadas para o desenvolvimento económico e social; g) coerência entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as acções de responsabilidade social: inclusão social; h) coerência entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e acções afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial; i) internacionalização: coerência entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as acções institucionais. Desta forma, e conforme a Nota Técnica:

Este eixo tem seu foco no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e consiste na verificação da coerência existente entre esse documento e as acções institucionais nas diferentes vertentes de sua atuação académica – ensino, pesquisa, extensão e gestão. Pretende, igualmente, verificar os diferentes caminhos percorridos (ou a percorrer) pela Instituição de Ensino no contexto de sua inserção social, bem como sua atuação face à inclusão e ao desenvolvimento económico e social, tendo sempre como base a missão, os propósitos e as metas anunciadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Dessa forma, o Eixo Desenvolvimento Institucional assume o papel de induzir maior comprometimento da Instituição de Ensino Superior na construção de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), priorizando sua coerência e evolução (DAES 2014, p.5).

No ponto 3, Políticas Académicas, são avaliadas as dimensões relativas às Políticas Académicas, isto é, as Políticas para o ensino, pesquisa e a extensão (Dimensão 2), a comunicação com a sociedade (Dimensão 4) e a política de atendimento aos discentes (Dimensão 9). Desta forma, “[...] analisam-se os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado. Enfatiza-se, também, a relação entre as políticas académicas, a comunicação com a sociedade e o atendimento ao discente” (DAES, 2014, p.11).

Conjuntamente, consideram-se os seguintes aspectos: a) Políticas de ensino e acções académico-administrativas para os cursos de graduação; b) Políticas de ensino e acções académico-administrativas para os cursos de pós-graduação, *stricto sensu*; c) Políticas de ensino e acções académico-administrativas para os cursos de pós-graduação, *lato sensu*; d) Políticas institucionais e acções académico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural; e) Políticas institucionais e acções académico-administrativas para a extensão

(“universitária”); f) Políticas institucionais e acções de estímulo relacionadas à difusão das produções académicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural; g) Comunicação da IES com a comunidade externa – *marketing*; h) Comunicação da IES com a comunidade interna – *endomarketing*; i) Programas de atendimento aos estudantes; j) Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente; k) Políticas e acções de acompanhamento dos egressos; l) Actuação dos graduados da IES no ambiente socioeconómico; m) Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as acções institucionais.

No ponto 4º, Políticas de Gestão, são avaliadas as Políticas de Pessoal (Dimensão 5), a Organização e Gestão da Instituição (Dimensão 6) e a Sustentabilidade Financeira (Dimensão 10). Com isto, procura-se [...] a verificação do desenvolvimento das políticas de pessoal e da organização e gestão da instituição de ensino superior. Abrange, ainda, elementos do planeamento e da sustentabilidade financeira da Instituição de Ensino Superior, para garantir o seu pleno desenvolvimento de forma sustentável. Não obstante, são considerados os seguintes aspectos: a) Política de formação e capacitação docente; b) Política de formação e capacitação do quadro técnico-administrativo; c) Gestão institucional; d) Sistema de registo académico; e) Sustentabilidade financeira; f) Relação entre o planeamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional; g) Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo docente; e h) Coerência entre o plano de carreira e a gestão do quadro técnico-administrativo.

No último ponto, o 5º, Infraestrutura Física, o foco prende-se com “as condições que a IES apresenta para o desenvolvimento das suas actividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão” (Brasil, 2014, p.22). Este eixo contempla a Dimensão 7 (infraestrutura física), e avalia os seguintes aspectos: a) instalações administrativas; b) salas de aula; c) auditório(s); d) sala(s) de professores; e) espaços para atendimento aos alunos; f) infraestrutura para a Comissão Própria de Avaliação; g) gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral; h) instalações sanitárias; i) biblioteca: infraestrutura física, serviços e informatização, plano de actualização do acervo; j) sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente; k) recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação; l) laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física; m) laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços; e n) espaços de convivência e de alimentação.

No que se refere à avaliação dos cursos de graduação, o SINAES analisa as dimensões organizacionais didático-pedagógica, do perfil do corpo docente e instalações físicas. Importa

referir ainda que, complementam o SINAES, os seguintes instrumentos de informação: o Censo da Educação Superior e o Cadastro de Cursos e Instituições (DAES, 2014).

A avaliação dos estudantes é feita através do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), contemplando uma prova e o preenchimento de um questionário, contendo questões relativas ao aluno, ao desempenho dos professores, ao currículo, às instalações físicas e o significado da formação para a profissão. Participam do ENADE estudantes dos primeiros anos e finalistas de cada curso.

Neste contexto, é possível percebermos que a avaliação da qualidade da Educação Superior é um processo complexo e que necessita constantemente de ser revitalizada, de forma a consolidar os seus objectivos e finalidades. A internacionalização é, comumente, um dos aspectos avaliados dentro de um conjunto maior e que deve ser considerada de forma articulada com os restantes itens avaliados.

Internacionalização no âmbito da graduação: possibilidades e desafios

A internacionalização é um dos aspectos avaliados pelo SINAES, no ponto Desenvolvimento Institucional. Portanto, a internacionalização na graduação possui, há décadas, uma relação intrínseca com a pós-graduação, *stricto sensu*, instituída, sobretudo, pela necessidade de responder às questões educativas decorrentes da universalização do conhecimento num mundo que se torna cada vez mais globalizado.

Para Knight (2012, p. 65), “a globalização tem seu foco no fluxo mundial de ideias, recursos, pessoas, economias, valores, culturas, conhecimentos, bens, serviços e tecnologias” e a “internacionalização enfatiza o relacionamento entre as nações, povos, culturas, instituições e sistemas”.

Nessa perspectiva, conforme se expõe na Conferência Mundial sobre Ensino Superior, para que a globalização da Educação Superior beneficie todos, é essencial que ela proporcione a igualdade de acesso e de sucesso, a fim de promover a qualidade e respeitar a diversidade cultural, bem como, a soberania nacional, por outro lado, a disposição transnacional da educação superior pode dar uma contribuição significativa para a educação superior, oferecendo uma educação de qualidade, promovendo valores académicos, mantendo a relevância e respeitando os princípios básicos de diálogo e cooperação e reconhecimento mútuo pelos direitos humanos, diversidade e soberania nacional (UNESCO, 2009). Sendo assim, Soderqvist (2002) explica que num processo de mudança (seja de uma instituição nacional de ensino superior para uma instituição internacional), leva-se à inclusão de uma dimensão internacional em todos os aspectos de sua

gestão complementar (a fim de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem e das competências desejadas). A internacionalização “é um processo e ao mesmo tempo uma resposta à globalização” (De Witt (1998, p.1).

Porém, a internacionalização não deve ser confundida, em si própria, com a globalização, dado que a internacionalização inclui tanto aspectos locais quanto internacionais, ou seja, elementos interculturais”. De entre os factores que mobilizam as Instituições de Ensino Superior no processo de internacionalização, os económicos, políticos, académicos e os socioculturais são para Knight (2012), os que mais se destacam. A educação, neste sentido, representa um meio para alcançar os restantes direitos fundamentais respeitantes à dignidade humana (ONU, 1948). Como podemos verificar, a internacionalização enquanto subponto de vista económico-mercado, é “uma questão de sobrevivência, ou seja, é necessário internacionalizar para poder competir em níveis de igualdade com as melhores Instituições de Ensino Superior nacionais e estrangeiras” (Stalivieri, 2004 p.15).

Diante do acima exposto, a internacionalização pressupõe acções colaborativas internacionais, contemplando-se a relação com outras Instituições de Ensino Superior, organizações (públicas, privadas, e não governamentais), agências de fomento e cooperação internacionais, visando à consolidação ou ampliação da gestão institucional e da tríplice missão universitária do ensino, da pesquisa e da extensão. Assim, de entre as possibilidades de acções colaborativas, destacamos a internacionalização dos currículos; a oferta de cursos (graduação *sandwich*, cursos de línguas, cursos de formação complementar); estágios; missões académicas; a mobilidade e o intercâmbio de pesquisadores, professores, gestores e estudantes; projetos e redes de pesquisas; difusão e socialização do conhecimento por meio de publicações conjuntas; programas de co-tutela. É seguindo este entendimento que o documento da Conferência Mundial sobre Ensino Superior (UNESCO, 2009) destaca que:

Redes de universidades internacionais e parcerias [...] auxiliam no crescimento do entendimento mútuo e da cultura de paz. Parcerias para pesquisa e equipe e intercâmbio de estudantes promovem a cooperação internacional. O encorajamento de uma mobilidade académica mais amplamente equilibrada deveria ser integrada em mecanismos que garantam colaboração genuína, multicultural e multilateral. Parcerias devem promover a criação de capacidades de conhecimento nacional em todos os países envolvidos e, desse modo, garantir fontes mais diversificadas de pesquisa coletiva de alta qualidade e produção de conhecimento, em escala global e regional. (p.4)

Os desafios para a consolidação da internacionalização, alicerçam-se neste ponto, nos seguintes aspectos: a) políticos, na medida da precariedade de políticas públicas de internacionalização; b) linguísticos (domínio de um determinado idioma); c) económico-financeiros (precariedade de financiamentos); d) socioculturais (desconhecimento ou dificuldade de adaptação aos padrões de determinado contexto); e) institucionais-académicos (regulamentos complexos, equivalências

curriculares); f) burocráticos (procedimentos para obtenção de licença para permanência em outros países, reconhecimento de títulos), de entre outros. Tais desafios mobilizam as Instituições do Ensino Superior, segundo Stallivieri (2004), “a revisar e a actualizar as suas estratégias a fim de que seus estudantes e egressos passem a contar com as competências essenciais acadêmicas e profissionais que lhes permitam interagir numa sociedade cada vez mais multicultural e internacional, com rápidas mudanças em seus sistemas.” (p.24)

Considerações finais

Perante o processo de globalização, percebido principalmente nas últimas décadas, as Instituições de Ensino Superior são desafiadas a buscar novos espaços e níveis de internacionalização mais elevados, como principal estratégia de sobrevivência. A internacionalização é, nesse contexto, um mecanismo que permite melhorar a oferta formativa entre as Instituições de Ensino Superior (nacionais e estrangeiras).

Portanto, ao se abordar a Qualidade da Educação Superior, na perspectiva das reflexões sobre as normas da internacionalização e do processo de avaliação pelo qual passa o Ensino Superior Brasileiro, tem-se presente, essencialmente, a referência no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o recorte na internacionalização, como um dos aspectos avaliados no eixo relativo ao Desenvolvimento Institucional. Nesse ponto de vista, a posição de Ristoff e Giolo (2006, p. 198), reforça a ideia segundo o qual o SINAES pode ser efectivamente considerado um sistema, na medida em que: a) integra os instrumentos de avaliação; b) integra os instrumentos de avaliação reportando-os aos de informação; c) integra os espaços de avaliação no MEC; d) integra a auto-avaliação na avaliação externa; e) articula, sem confundir, avaliação e regulação; f) propicia coerência entre avaliação, os objectivos, e a política para a educação superior.

Neste contexto avaliativo, a análise estrutural do processo de internacionalização requer, cumulativamente, a compreensão sobre que conceito e factores mobilizam as IES a transpor fronteiras, as possibilidades e os desafios do processo de internacionalização. Em termos gerais, fica evidente que a globalização traz questões para os diferentes campos, de entre eles o educativo, requerendo políticas e acções que viabilizem a internacionalização do conhecimento. Assim, as discussões entre os governos quanto ao grau de prioridade dado à educação, inclusive à Educação Superior, altera-se ao longo dos anos, sendo que, a partir do início do século XXI, o tema da educação passou a integrar o desenvolvimento tecnológico, correspondendo a maior

facilidade de comunicação e integração. Os profissionais são chamados a trabalhar externamente, de modo a se inserirem no contexto global, sua formação acadêmica, desde a aprendizagem de idiomas até ao usufruto de experiências efetivamente internacionais.

A educação, assim como a economia, a saúde, o meio ambiente, entre outros, passou a ser tratada em perspectiva internacional, tornando-se um mecanismo na promoção internacional dos países e um meio para promover uma maior integração entre eles.

Fica-se a perceber, desse processo, que foram diversas as alternativas à escala mundial para promover a internacionalização. Assim, acompanhar o crescimento dessas iniciativas, bem como, o desenvolvimento de novas técnicas e os resultados alcançados demonstra-se fundamental para o desenvolvimento e para a melhoria da educação no Brasil, de modo a consolidar uma Educação Superior de qualidade e promover uma maior competitividade dos profissionais brasileiros em contexto global.

Referências Bibliográfica

- António, N. & Teixeira, A. (2009). *Gestão da Qualidade: de Deming ao modelo de excelência da EFQM*. Lisboa, Portugal: Edições Silabo.
- De Witt, H. (1998). Rationales for Internationalization of Higher Education. *Millenium 3*, nº 11, p.11-19.
- Dias Sobrinho, J. (2003). *Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior*. São Paulo, Brasil: Cortez.
- Dias Sobrinho, J. (2008). *Qualidade, Avaliação: do SINAES a Índices*. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 817-825.
- Directoria de Avaliação de Educação Superior/ DAES (2014). Brasil: Ministério da Educação (MEC)/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
- Directoria de Avaliação de Educação Superior/ DAES (2015). Brasil: Ministério da Educação (MEC)/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Coordenação Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior (CGACGIES).
- Knight, J. (2012). Five Truths about Internationalization. *International Higher Education – The Boston College Center for International Higher Education*. nº 69

Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Brasil., 15 abr.

Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Brasil.

Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 23 dez.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. (1990). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.*

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2009). Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009. *As novas dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social.* Paris.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2015a). *Declaração de Incheon – Educação 2030: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e à educação ao longo da vida para todos.*

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2015b). *Marco de Acção – Educação 2030: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e à educação ao longo da vida para todos.*

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). CONSED, Acção Educativa (2001). *Educação para Todos: o Compromisso de Dakar.* Brasília: Unesco, Consed, Acção Educativa.

Organização das Nações Unidas-ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos.*

Plano de Desenvolvimento da Educação (2007). Brasília, Brasil: Ministério da Educação.

Rios, T. A. (2006). *Compreender e Ensinar.* São Paulo, Brasil: Cortez.

Ristoff, D. e Giolo, J. (2006). *O Sinaes como Sistema.* R B P G, Brasília, v. 3, n. 6, p.193-213.

Rocha, O. (2005). *Gestão de Qualidade: aplicação aos serviços públicos (2ª ed.).* Lisboa, Portugal: Escolar Editora.

Soderqvist, M. (2002). *Internationalization and its management at higher-education institutions: Applying conceptual, content and discourse analysis.* Helsinki, Finland: Helsinki School of Economics.

Stallivieri, L. (2002). *O processo de internacionalização nas instituições de Ensino Superior*. Educação Brasileira, Brasília, v. 24, p.35-57.

Stallivieri, L. (2004). *Estratégias de Internacionalização das Universidades Brasileiras*. Caxias do Sul, Brasil: EDUCS.